

Alexandre Henrique Zangali

AÇÕES ELEITORAIS

Teoria e Prática

Curitiba
Juruá Editora
2022

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-9879-5



Brasil – R. Flávio Dallegrave, 7.665 – São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900 – CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 – Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: Luiz Augusto de Oliveira Junior

Zangali, Alexandre Henrique.

Z29 Ações Eleitorais – Teoria e Prática / Alexandre
Henrique Zangali – Curitiba: Juruá, 2022.
554p.; 21cm

1. Eleições. 2. Processo eleitoral. 3 Processo judicial
eleitoral. I. Título.

CDD 342.07 (22.ed)
CDU 342.8

000058

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

ABREVIATURAS E SIGLAS.....	19
1 PARTE GERAL	23
1.1 PROCESSO ELEITORAL E PROCESSO JUDICIAL ELEITORAL..	23
1.2 IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO COLETIVA ELEITORAL.....	26
1.3 APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA E/OU SUPLETIVA DO CPC E O ART. 2º, PARÁGRAFO ÚNICO DA RES. TSE 23.478/16.....	30
1.4 PRINCÍPIOS	32
1.4.1 Princípio da Anualidade ou Anterioridade Eleitoral.....	33
1.4.2 O Devido Processo Legal: Ampla Defesa	36
1.4.3 O Contraditório e a Vedação da Decisão Surpresa.....	39
1.4.4 Persuasão Racional do Magistrado e o art. 23 da Lei Complementar 64/90	40
1.4.5 Gratuidade	46
1.4.6 Duração Razoável do Processo.....	47
1.4.6.1 Prioridade na Tramitação das Ações Eleitorais e a Incidência Restrita do art. 97-A da Lei 9.504/97.....	49
1.5 PRAZO PARA PROPOSITURA DAS AÇÕES ELEITORAIS	51
1.5.1 Termo e Prazo.....	51
1.5.2 Termo Inicial e Final Para Propositura das Ações Eleitorais.....	52
1.5.3 O Código de Processo Civil e a Contagem do Prazo nas Ações Eleitorais.....	53
1.5.3.1 Período eleitoral e não eleitoral	53
1.5.3.2 Contagem Prevista no art. 224 do CPC	55
1.5.3.3 Contagem do Prazo no Recurso e Férias (art. 220 do CPC).....	56
1.5.3.4 Dobra do prazo	58
1.5.3.5 Contagem dos Prazos em Dias Corridos	58

1.6	COMPETÊNCIA.....	59
1.7	CONEXÃO, CONTINÊNCIA E LITISPENDÊNCIA (TOTAL E PARCIAL): SEMELHANÇA E IDENTIDADE DE DEMANDAS E A REUNIÃO DE AÇÕES NO PROCESSO ELEITORAL	62
1.8	AUTOCOMPOSIÇÃO, MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO E NEGÓCIOS PROCESSUAIS.....	67
1.8.1	Autocomposição, Mediação e Conciliação.....	68
1.8.2	Negócios Processuais.....	71
1.9	LEGITIMIDADE	73
1.9.1	Legitimidade Ativa	76
1.9.1.1	Candidato.....	76
1.9.1.2	Partido Político	77
1.9.1.3	Coligação.....	79
1.9.1.4	Federação Partidária	81
1.9.1.5	Ministério Público	82
1.9.1.6	Da Illegitimidade Ativa do Eleitor.....	84
1.9.1.7	Filiado ao Partido Político	86
1.9.2	Legitimidade Passiva	87
1.10	LITISCONSÓRCIO E ASSISTÊNCIA NAS AÇÕES ELEITORAIS	89
1.10.1	Do Litisconsórcio	89
1.10.2	Da Assistência	96
1.11	“AMICUS CURIAE” NO PROCESSO ELEITORAL	100
1.12	PROCEDIMENTO DAS AÇÕES ELEITORAIS	103
1.13	DESISTÊNCIA DA AÇÃO E DO RECURSO	104
1.13.1	Da Desistência da Ação	104
1.13.2	Da Desistência do Recurso	106
2	AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AO REGISTRO DE CANDIDATURA (AIRC)	109
2.1	INTRODUÇÃO.....	109
2.2	FUNDAMENTO LEGAL	111
2.3	NATUREZA JURÍDICA.....	112
2.4	PRAZO PARA PROPOSITURA	113
2.5	OBJETIVO	114

2.6	COMPETÊNCIA.....	115
2.7	LEGITIMIDADE ATIVA.....	117
2.7.1	Candidato.....	119
2.7.2	Partido Político.....	120
2.7.3	Coligação Partidária.....	121
2.7.4	Federação Partidária.....	122
2.7.5	Ministério Público Eleitoral.....	123
2.7.6	Eleitor: Notícia de Inelegibilidade.....	125
2.7.7	Terceiros Estranhos à Convenção, ao Partido ou a Coligação.....	126
2.7.8	Capacidade Postulatória.....	126
2.8	LEGITIMIDADE PASSIVA.....	129
2.9	LITISCONSÓRCIO E ASSISTÊNCIA.....	129
2.9.1	Litisconsórcio Ativo.....	129
2.9.2	Litisconsórcio Passivo e da Assistência.....	130
2.10	RITO PROCESSUAL.....	132
2.11	PROCEDIMENTO.....	132
2.11.1	Petição Inicial.....	132
2.11.2	Contestação e Revelia.....	134
2.11.3	Instrução, Tutela Provisória de Urgência ou Evidência e Julgamento Antecipado.....	137
2.11.4	Diligências.....	140
2.11.5	Juntada de Documentos.....	141
2.11.6	Alegações finais.....	142
2.11.7	Decisão e Prazo para Recurso.....	144
2.12	DO RECURSO CABÍVEL.....	148
2.13	SUBSTITUIÇÃO DE CANDIDATO.....	153
2.14	EFEITOS DA PROCEDÊNCIA DA AÇÃO.....	155
3	RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA (RCED).....	157
3.1	INTRODUÇÃO E FUNDAMENTO LEGAL.....	157
3.2	NATUREZA JURÍDICA.....	157
3.3	TERMO INICIAL E FINAL PARA PROPOSITURA.....	158
3.4	CABIMENTO.....	159

3.4.1	Inelegibilidade	160
3.4.1.1	Da Inelegibilidade Superveniente e a Nova Redação do § 2º do art. 262 do Código Eleitoral	163
3.4.2	Elegibilidade.....	165
3.5	OBJETIVO	167
3.6	COMPETÊNCIA.....	167
3.7	LEGITIMIDADE ATIVA	169
3.7.1	Candidato.....	169
3.7.2	Partido Político	170
3.7.3	Coligação Partidária.....	170
3.7.4	Federação Partidária	170
3.7.5	Ministério Público Eleitoral.....	171
3.7.6	Eleitor	172
3.8	LEGITIMIDADE PASSIVA.....	172
3.9	LITISCONSÓRCIO E ASSISTÊNCIA.....	173
3.9.1	Litisconsórcio Ativo	173
3.9.2	Litisconsórcio Passivo e da Assistência.....	173
3.10	PROCEDIMENTO.....	175
3.10.1	No Juízo “ <i>a quo</i> ” (Expediu o Diploma).....	176
3.10.2	No Juízo “ <i>ad quem</i> ” (TRE ou TSE).....	177
3.11	JULGAMENTO	180
3.12	RECURSO.....	181
3.12.1	Desistência.....	183
3.13	EFEITOS DA PROCEDÊNCIA.....	184
4	AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (AIJE)	187
4.1	INTRODUÇÃO.....	187
4.2	FUNDAMENTO LEGAL	188
4.3	PRAZO PARA PROPOSITURA	188
4.4	COMPETÊNCIA	191
4.5	NATUREZA JURÍDICA.....	192
4.6	HIPÓTESES DE CABIMENTO	193
4.6.1	Abuso de Poder.....	194

4.6.2	Abuso de Poder Econômico	195
4.6.3	Abuso de Poder de Autoridade	196
4.6.4	Abuso de Poder Político	197
4.6.5	Utilização Indevida de Veículos ou Meios de Comunicação Social	197
4.6.6	Abuso de Poder Religioso	198
4.7	LEGITIMIDADE ATIVA	200
4.7.1	Candidato	200
4.7.2	Partido Político	201
4.7.3	Coligação Partidária	202
4.7.4	Federação Partidária	203
4.7.5	Ministério Público Eleitoral	203
4.7.6	Eleitor	204
4.8	LEGITIMIDADE PASSIVA	204
4.9	LITISCONSÓRCIO E DA ASSISTÊNCIA	206
4.9.1	Litisconsórcio Ativo	206
4.9.2	Litisconsórcio Passivo e da Assistência	206
4.10	RITO PROCESSUAL	208
4.11	PROCEDIMENTO	209
4.11.1	Tutela de Urgência	209
4.11.2	Petição Inicial	212
4.11.3	Contestação	214
4.11.4	Audiência de Instrução	216
4.11.5	Diligências	219
4.11.6	Alegações finais	220
4.12	EFEITOS DO JULGAMENTO DA REPRESENTAÇÃO	221
4.13	GRAVIDADE DO FATO	224
4.14	RECURSO	225
5	AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AO MANDATO ELETIVO (AIME)	229
5.1	INTRODUÇÃO	229
5.2	PREVISÃO CONSTITUCIONAL	231
5.3	PRAZO PARA PROPOSITURA	232
5.4	OBJETIVO	234

5.5	COMPETÊNCIA	235
5.6	HIPÓTESES DE CABIMENTO	238
5.6.1	Abuso de Poder Econômico.....	239
5.6.2	Corrupção	242
5.6.3	Fraude.....	244
5.6.3.1	Fraude na reserva de quotas de gênero	246
5.6.3.1.1	Implicações processuais da ampliação conceitual da fraude eleitoral	249
5.6.3.1.2	Da Legitimidade passiva e do litisconsórcio.....	249
5.6.3.1.3	Ônus probatório	251
5.6.3.1.4	Da posição processual das candidatas ouvidas.....	254
5.6.3.1.5	Dos efeitos da procedência da AIME	254
5.7	BEM JURÍDICO TUTELADO	257
5.8	LEGITIMIDADE ATIVA	258
5.8.1	Candidato.....	258
5.8.2	Partido Político	259
5.8.3	Coligação Partidária.....	259
5.8.4	Federação Partidária	260
5.8.5	Ministério Público Eleitoral.....	260
5.8.6	Eleitor	261
5.9	LEGITIMIDADE PASSIVA	262
5.10	LITISCONSÓRCIO E DA ASSISTÊNCIA	263
5.10.1	Litisconsórcio Ativo	263
5.10.2	Litisconsórcio Passivo e da Assistência.....	263
5.11	SEGredo DE JUSTIÇA.....	267
5.12	RITO PROCESSUAL	268
5.13	PROCEDIMENTO	269
5.13.1	Petição Inicial	269
5.13.2	Resposta do Réu	272
5.13.3	Audiência de Instrução	274
5.13.4	Diligências	278

5.13.5	Alegações Finais.....	279
5.14	EFEITOS DA PROCEDÊNCIA.....	281
5.14.1	Cassação do Mandato Eletivo.....	283
5.14.2	Inelegibilidade	283
5.14.3	Anulação dos Votos.....	285
5.14.4	Eficácia do Julgado.....	285
5.15	RECURSO.....	286
6	CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO (ART. 41-A DA LEI 9.504/97).....	291
6.1	INTRODUÇÃO.....	291
6.2	FUNDAMENTO LEGAL E ELEMENTOS CONFIGURA- DORES	293
6.2.1	Participação ou Consentimento do Candidato	294
6.2.2	Dos Verbos Nucleares da Captação Ilícita de Sufrágio ...	296
6.2.3	Da Promessa (I)Lícita.....	298
6.2.4	(Des)Caracterização da Captação Ilícita de Sufrágio	300
6.2.5	Art. 41-A da Lei 9.504/97 X art. 299 do Código Eleitoral	303
6.3	PRAZO PARA PROPOSITURA	306
6.4	NATUREZA JURÍDICA	307
6.5	BEM JURÍDICO TUTELADO	307
6.6	POTENCIALIDADE LESIVA	308
6.7	COMPETÊNCIA.....	309
6.8	LEGITIMIDADE ATIVA	310
6.8.1	Candidato.....	311
6.8.2	Partido Político	311
6.8.3	Coligação Partidária	312
6.8.4	Federação Partidária	313
6.8.5	Ministério Público Eleitoral.....	313
6.8.6	Eleitor	314
6.9	LEGITIMIDADE PASSIVA.....	315
6.10	LITISCONSÓRCIO E DA ASSISTÊNCIA.....	316
6.10.1	Litisconsórcio Ativo	316
6.10.2	Litisconsórcio Passivo	317

6.11	RITO PROCESSUAL	319
6.12	PROCEDIMENTO	320
6.12.1	Tutela de Urgência.....	321
6.12.2	Petição Inicial	321
6.12.3	Contestação.....	324
6.12.4	Audiência de Instrução	328
6.12.5	Diligências.....	332
6.12.6	Alegações Finais.....	333
6.13	JULGAMENTO	334
6.14	EFEITOS DA PROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO	336
6.14.1	Da Cassação do Registro de Candidatura ou do Diploma	337
6.14.2	Da Aplicação da Multa	338
6.14.3	Da Inelegibilidade.....	339
6.14.4	Da Nulidade da Votação	340
6.14.5	Da Renovação das Eleições	341
6.14.5.1	Eleições majoritárias.....	341
6.14.5.2	Eleições proporcionais.....	342
6.15	RECURSO.....	343
7	CONDUTAS VEDADAS (ARTS. 73, 74, 75, 76, 77 E 78 DA LEI 9.504/97).....	349
7.1	INTRODUÇÃO.....	349
7.2	FUNDAMENTO LEGAL	352
7.3	TERMO INICIAL E FINAL	352
7.3.1	Termo Inicial e Final para Propositura da Representação....	352
7.3.2	Termo Inicial Variável da Incidência das Condutas Vedadas	353
7.4	BEM JURÍDICO TUTELADO	353
7.5	COMPETÊNCIA.....	354
7.6	LEGITIMIDADE ATIVA	356
7.6.1	Candidato.....	356
7.6.2	Partido Político	356
7.6.3	Coligação Partidária.....	358
7.6.4	Federação Partidária	358

7.6.5	Ministério Público Eleitoral.....	359
7.6.6	Eleitor	360
7.7	LEGITIMIDADE PASSIVA.....	361
7.8	LITISCONSÓRCIO E DA ASSISTÊNCIA.....	362
7.9	RITO PROCESSUAL	364
7.10	PROCEDIMENTO.....	364
7.11	POTENCIALIDADE LESIVA E GRAVIDADE DAS CIRCUNSTÂNCIAS.....	366
7.12	EFEITOS DA DECISÃO CONDENATÓRIA.....	367
7.13	SANÇÕES.....	368
7.14	RECURSO.....	372
7.15	CONCEITO DE AGENTE PÚBLICO E AGENTE POLÍTICO ..	373
7.16	HIPÓTESES MATERIAIS DAS CONDUTAS VEDADAS	374
7.16.1	Inciso I do art. 73 da Lei 9.504/97.....	375
7.16.2	Inciso II do art. 73 da Lei 9.504/97	384
7.16.3	Inciso III do art. 73 da Lei 9.504/97	387
7.16.4	Inciso IV do art. 73 da Lei 9.504/97.....	392
7.16.5	Inciso V do art. 73 da Lei 9.504/97	397
7.16.5.1	Exceções legais.....	404
7.16.5.1.1	Alínea “a” do inciso V do art. 73 da Lei 9.504/97	404
7.16.5.1.2	Alínea “b” do inciso V do art. 73 da Lei 9.504/97	408
7.16.5.1.3	Alínea “c” do inciso V do art. 73 da Lei 9.504/97	409
7.16.5.1.4	Alínea “d” do inciso V do art. 73 da Lei 9.504/97	410
7.16.5.1.5	Alínea “e” do inciso V do art. 73 da Lei 9.504/97	413
7.16.6	Inciso VI do art. 73 da Lei 9.504/97.....	415
7.16.6.1	Alínea “a” do Inciso VI do art. 73 da Lei 9.504/97.....	416
7.16.6.2	Alínea “b” do Inciso VI do art. 73 da Lei 9.504/97.....	422
7.16.6.3	Alínea “c” do Inciso VI do art. 73 da Lei 9.504/97.....	436

7.16.7	Inciso VII do art. 73 da Lei 9.504/97	441
7.16.8	Inciso VIII do art. 73 da Lei 9.504/97	447
7.16.9	Parágrafo 10 do art. 73 da Lei 9.504/97	454
7.16.10	Parágrafo 11 do art. 73 da Lei 9.504/97	469
7.17	ART. 74 DA LEI 9.504/97	471
7.18	ART. 75 DA LEI 9.504/97	477
7.19	ART. 77 DA LEI 9.504/97	479
8	CAPTAÇÃO (ARRECADAÇÃO) E GASTOS ILÍCITOS ELEITORAIS (ART. 30-A DA LEI 9.504/97)	491
8.1	INTRODUÇÃO	491
8.2	FUNDAMENTO LEGAL	492
8.3	PRAZO PARA PROPOSITURA	493
8.3.1	Termo Inicial	493
8.3.2	Termo Final	493
8.4	HIPÓTESES DE CABIMENTO	494
8.5	BEM JURÍDICO TUTELADO	497
8.6	COMPETÊNCIA	498
8.7	LEGITIMIDADE ATIVA	499
8.7.1	Da Ilegitimidade Ativa do Candidato	499
8.7.2	Partido Político	500
8.7.3	Coligação Partidária	501
8.7.4	Federação Partidária	502
8.7.5	Ministério Público	502
8.8	LEGITIMIDADE PASSIVA	503
8.9	LITISCONSÓRCIO E DA ASSISTÊNCIA	503
8.9.1	Litisconsórcio Ativo	503
8.9.2	Litisconsórcio Passivo e da Assistência	504
8.10	RITO	506
8.11	PROCEDIMENTO	506
8.12	JULGAMENTO	507
8.12.1	Gravidade das Circunstâncias	508
8.12.2	Princípio da Proporcionalidade	508
8.12.3	Efeitos da Decisão Condenatória	509

8.12.3.1	Decisão proferida antes da diplomação	509
8.12.3.2	Decisão proferida depois da diplomação	509
8.12.3.3	Eficácia do julgado	510
8.13	RECURSO	510
9	AÇÃO RESCISÓRIA ELEITORAL	513
9.1	FUNDAMENTO LEGAL E ADI Nº 1459	513
9.2	CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA	514
9.3	PRAZO PARA PROPOSITURA	514
9.4	HIPÓTESES DE CABIMENTO	516
9.4.1	Hipóteses de Cabimento Gerais	517
9.4.2	Hipóteses de Cabimento Específicas	520
9.5	COMPETÊNCIA	522
9.6	LEGITIMIDADE	523
9.6.1	Legitimidade Ativa	523
9.6.2	Legitimidade Passiva	524
9.7	PROCEDIMENTO	524
9.7.1	Petição Inicial	524
9.7.1.1	Desnecessidade do depósito prévio	525
9.7.1.2	Pedido	525
9.7.2	Contestação	525
9.7.3	Dilação Probatória	526
9.7.4	Alegações Finais	526
9.7.5	Vista ao Ministério Público Eleitoral	526
9.7.6	Julgamento	526
9.8	RECURSO	526
9.9	TUTELA ANTECIPADA DE URGÊNCIA	527
9.10	INDENIZAÇÃO	527
9.11	RESCISÓRIA DE RESCISÓRIA	528
	REFERÊNCIAS	529
	ÍNDICE REMISSIVO	535